

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 835 - de 6 a 20 de setembro de 2018

A vontade popular não será impugnada



Membros do TSE que impugnou candidatura Lula

“Precisamos radicalizar o debate político e programático”

Lula em carta ao Diálogo e Ação Petista (pags 6 e 7)

Juventude

Reforma do ensino médio
nega direito ao conhecimento
pág. 2

Luta de Classe

Eletricitários fazem greve em
defesa da Eletrobrás
pág. 4

Nacional

Sete meses
de intervenção no RJ
pág. 9

80 anos da 4ª Internacional

A atualidade do
Programa de Transição
pág. XX

Cresce apoio jovem a Lula

Intenção de voto é para retomar direitos e futuro digno

Após o registro da candidatura de Lula, em 15 de agosto, as primeiras pesquisas publicadas registraram a consolidação de sua preferência nas intenções de voto. Na juventude, em particular, Lula está, de longe, na dianteira.

São dados que revelam um movimento progressivo dos jovens frente à crise institucional que aumentou a violência, desemprego e cortes na educação. O fenômeno "Lula" penetra setores da juventude, que no fundo, resistem e querem seus direitos de volta e um futuro melhor.

Onda vermelha

O desespero dos juízes, dos candidatos adversários e toda corja golpista, apoiada pela Globo, é que a candidatura de Lula não para de crescer, e com força na juventude, após a prisão ilegal em abril. Segundo a última pesquisa Ibope, Lula chega aos 45% entre 16 e 24 anos e, 37% entre 25 a 34. Também é na juventude que na preferência partidária, o PT atinge o mais alto índice. Segundo o Ibope (21/08) o PT aparece com 29% de preferência partidária, entre os que tem de 16 a 34 anos ele é preferido por 32%.

O crescimento deste apoio tem a ver com a busca angustiante para sair dessa situação draconiana, onde setores jovens, especialmente da periferia, se agarram ao candidato que é capaz de conduzir este processo.

"Expectativas de futuro mais atraentes com Lula"

Especialistas dizem que esta juventude "enxerga expectativas de futuro mais atraente com Lula, em relação à situação atual, de pouco emprego, de dificuldade para obter financiamento estudantil ou bolsa acadêmica" (BBC News). E, é fato que pioraram as condições de vida. São mais de 4 milhões de jovens desempregados entre 18 e 24 anos, atingindo 26,5% com maioria de mulheres e negros. Os cortes na educação tiram milhares do ensino público básico e superior.

Em carta à candidata do PT no RJ, Márcia Tiburi, a Juventude Revolução do PT de lá, denuncia que "no Vale Verde, em Volta Redonda, em 15 dias foram seis jovens mortos, Resende passa por ondas profundas de violência". São os sintomas particulares do



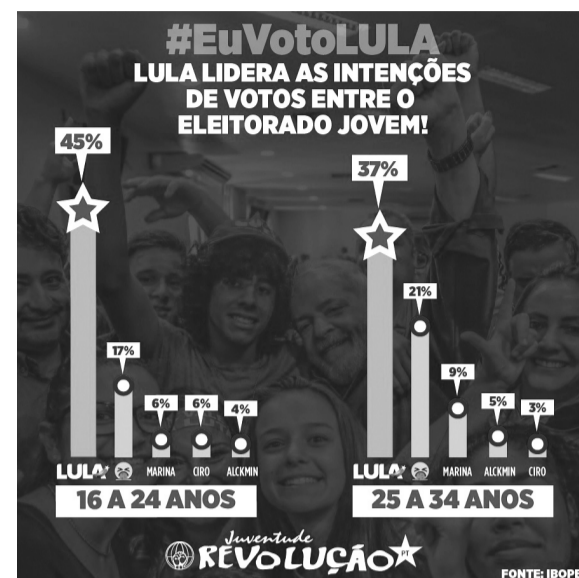
Campanha Lula em Salvador: Juventude Revolução do PT no ato com a presença de Haddad em 21 de agosto

desmonte do Estado após o golpe que pode ser revertido.

Quem, senão Lula com uma Constituinte pode revogar Emenda Constitucional 95 e a entrega do Pré-sal e retomar com força os investimentos na educação pública e o Fies? Por isso, é incompreensível a posição da UNE em "não apoiar nenhum candidato no 1º turno". Parece que a entidade dirigida pela UJS, ligada ao PCdoB - coligado com PT -, não entendeu o recado majoritário dos jovens.

Turbinar a campanha!

A grande questão nesse momento é ajudar essa massa de jovens a se mobilizar até 7 de outubro pelo voto Lula, 13. Por isso, é fundamental uma postura ativa da Juventude do



PT com iniciativas concretas, como o Dia Nacional da Juventude com Lula indicado na agenda para dia 13 de setembro. Agora não se pode vacilar!

Nesta batalha, é possível vencer. É preciso materializar esse apoio nas ruas, nos bairros, escolas, faculdades, universidades e locais de trabalho, conforme destaca a JR do PT "para vencer todos esses obstáculos, precisamos tornar a luta que hoje é de milhares em milhões. Lutaremos juntos com os jovens petistas para o PT se manter ao lado do povo oprimido, pois é fundamental, para mudar radicalmente a realidade e nos garantir um futuro".

De fato, nada é mais urgente do que turbinar a campanha dos jovens pela eleição e posse de Lula.

P. Vilela

Contrarreforma para destruir a Educação

Base nacional curricular nega o direito ao conhecimento

O Ministério da Educação, em 2 de agosto, tentou realizar o que chamou de Dia D de discussão do BNCC (Base Nacional Comum Curricular) do Ensino Médio. Como resultado, a comunidade escolar de todo o país ignorou o chamado do governo golpista e o dia se transformou em vários pontos do país no momento de protesto contra a contrarreforma do Ensino Médio e a base curricular que destrói o acesso dos jovens ao conhecimento.

O pacote de maldades na educação

A BNCC faz parte da contrarreforma do Ensino Médio para consolidar a destruição do currículo, reduzindo as disciplinas obrigatórias a Língua Portuguesa e Matemática e relegando as demais áreas do conhecimento a duas grandes áreas etiquetadas como "ciências da natureza" e "ciências humanas".

A chamada parte flexível do currículo poderá ser cumprida total-

mente fora das escolas, por meio de inúmeras certificações de qualidade duvidosa e experiência de trabalho adquirida fora do ambiente escolar, uma forma de oferecer ao mercado trabalho precário e de baixo custo. Além disso esta parte do currículo poderá ser cumprida por meio de trabalho voluntário, cursos à distância etc.

A proposta da BNCC reduzirá os postos de professores, já que as escolas precisarão basicamente de professores de Português e Matemática, e de poucos professores para cobrir as demais áreas, sem falar nas disciplinas que serão cumpridas a distância.

Ataque ao direito dos jovens a aprender

A recente divulgação do resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2017, mostra resultados desalentadores. Nenhum estado da Federação atingiu a meta fixada e o índice geral melhorou em apenas 0,1% em relação ao

IDEB 2015. Diante disso, a ministra golpista da educação, Rossieli Soares afirmou: "é necessário avançar nessa reforma para trazer este novo ensino médio para o Brasil" (Portal do MEC, 3/09/2018).

Ora, o IDEB já se baseia na lógica do BNCC, pois é o produto do rendimento escolar (tempo de conclusão de cada ano) e do desempenho em língua portuguesa e matemática. Na verdade, são os exames do IDEB, a Prova Brasil e o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) que moldaram o modelo do BNCC, baseado na redução dos conteúdos e na redução das disciplinas obrigatórias.

Apressar a contrarreforma do Ensino Médio, eixada na BNCC, tende a agravar a situação, atacando o direito dos jovens ao ensino.

A implantação da BNCC consagrará o currículo já imposto pela gestão por resultados (GPR) baseada nos testes padronizados que obriga as escolas a reduzir tudo ao treinamen-

to dos alunos em português e matemática. O objetivo é claro: capacitar os jovens "por baixo" para jogá-los o mais rápido possível no mercado de trabalho, em consonância com a precarização da mão-de-obra determinada pela contrarreforma trabalhista e pela universalização da terceirização.

Trata-se de negar à juventude o direito a se apropriar dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, ao mesmo tempo em que reduz o ensino a um treinamento instrumental para resolver questões dos testes do MEC. Como o modelo da contrarreforma é "flexível", as escolas privadas tendem a manter o ensino de todas as disciplinas, sua implantação deverá ampliar a desigualdade entre os jovens das camadas altas e médias e a grande maioria da juventude das classes trabalhadoras e populares.

Eudes Baima

As instituições X Lula e o povo

A decisão de Fachin, na madrugada de 6 de setembro, contra o recurso de Lula pelo reconhecimento de sua candidatura, vem na esteira de uma sucessão de decisões, no atropelo e ao arripio da lei.

“Indefiro o pedido formulado. Publique-se. Intime-se. Após, arquivem-se”, determinou Fachin. É o que pretendem fazer nesta campanha eleitoral. Arquivar, de preferência em arquivo morto, a possibilidade de que, através das urnas, a nação possa retomar um caminho de conquistas sociais, direitos e soberania.

Uma escalada das instituições contra o povo brasileiro e seu legítimo direito de votar em quem manifesta, majoritariamente, vontade de votar. Institutos de pesquisa começam a manipulação para “arquivar” esta vontade majoritária.

A seção do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na madrugada do dia 1 de setembro, que decidiu pela impugnação da candidatura de Lula abriu uma nova saraivada, sem limites, na ofensiva das instituições a serviço dos interesses imperialistas.

O PT tomou em consonância com Lula a acertadíssima decisão de ir até as últimas consequências e não se dobrar à fajuta impugnação. Isto permitirá escancarar aos olhos de milhões a quem servem estas instituições.

O TSE virou um bunker na guerra contra

a democracia. Decisão após decisão, ministros censuram programas de televisão da campanha do PT. Um descarado vale tudo, para impedir o imbatível adversário de seus candidatos que valem nada!

Na ofensiva das instituições contra os interesses do povo, vozes das Forças Armadas se fazem escutar.

APESAR DA OFENSIVA O POVO NÃO DESISTE DE SEU CANDIDATO

“O cenário mais temido [pelos militares] é a quebra de lei e ordem ‘no caso de uma besteira qualquer do STF beneficiando o Lula’ (...) Oficiais registraram com alívio sinais, vindos de contatos diretos com integrantes do STF, de que ‘não haveria surpresas’ até o fim do período eleitoral (...) boa parte dessa sensação vem da indicação do general Fernando Azevedo e Silva, até agora no comando do Estado-Maior do Exército, como assessor do ministro Dias Toffoli, que assume a presidência do STF. Esse oficial é uma das principais ‘cabeças políticas’ nas três armas”. (Estadão 6/09)

Realmente é improvável que o Judiciário faça justiça e anule toda manipulação jurídica montada para inviabilizar a candidatura de Lula. Aliás, como o próprio Lula falou “os

tribunais superiores, que poderiam reparar a injustiça julgando o mérito antes das eleições, não pautam a votação. Vão julgar quando eu já tiver sido aliado do processo eleitoral?” (4/09)

Toda esta manipulação, entretanto, não surte o efeito desejado pelos poderosos e suas instituições. Ao contrário!

A campanha Lula levada às ruas pela militância e as atividades de Haddad, porta-voz e vice de Lula pelo Nordeste, provam que com tudo e por tudo, na vontade popular o anseio de Lula presidente não será arquivado, goste ou não o Fachin!

“O nosso Partido precisa ter certeza que 2018 pode ser o ano do PT. Por isso precisamos radicalizar o debate político e programático se quisermos governar o Brasil outra vez”, escreveu Lula em mensagem ao Encontro nacional extraordinário do Diálogo e Ação Petista em 1º de setembro.

É o que o povo espera.

Como diz a declaração do encontro do DAP: “Eles não conseguirão impedir Lula de voltar à presidência. A vontade do povo, ao fim, será mais forte. Nas próximas semanas, vamos nos manter organizados e informados para a intensa batalha de rua pela vitória (...) cabeça erguida, vamos para a rua, Lula neles! Temos candidato, partido e programa de governo!”

BOLSA FAMÍLIA

A partir de 2016, mais de 50 milhões de brasileiros passaram a viver em situação de pobreza, com uma renda de 387 reais por mês, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O programa Bolsa Família beneficiou cerca de 14 milhões de famílias em 2013 — o que equivale a um quarto da população do país. Em 2016, Michel Temer se comprometeu a reduzir em 10% o número de pessoas que recebiam o benefício. Como resultado, em 2016 e 2017 foram feitas grandes reduções no número de famílias assistidas, 1,5 milhão de pessoas a menos recebendo o benefício em julho de 2017 em relação a julho de 2014. “É um programa de austeridade devastador, maior do que o que vimos na Europa, exceto na Grécia”, avalia David Stuckler, professor de análise de políticas na Universidade de Bocconi, em Milão, na Itália.

CISTERNAS

O Programa Cisternas, introduzido durante o governo Lula - que levou técnicas para armazenamento e gerenciamento de águas pluviais para as comunidades das regiões mais

secas e mais pobres do Brasil - é outro que sofreu cortes. Desde 2003, mais de 1,3 milhão de cisternas foram instaladas, oferecendo água potável para a produção agrícola durante a estação da seca. No entanto, desde 2015, o programa sofreu reduções orçamentárias profundas, caindo de 377 milhões de reais em 2013 para 46 milhões de reais em 2017.

BOLSA VERDE

pescadores que ensinam métodos sustentáveis, além de limpar os rios locais retirando plásticos, recebiam, de 2012 a 2017, 300 reais a cada três meses do governo por seu trabalho de conservação. Os beneficiários ficaram conhecidos como “guardiões da floresta” e, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, protegeram 288.000 quilômetros quadrados. Em outubro de 2017, o benefício foi interrompido de repente. Lançado em 2011 pelo governo Dilma, o principal objetivo do Bolsa Verde era dar incentivos financeiros para pessoas em situação de pobreza que apresentassem comportamentos ambientais conscientes. A extinção do Bolsa Verde representa uma perda significativa de renda de 50 mil famílias.

Memória

NO RIO, POPULAÇÃO ESFOMEADA REALIZA SAQUES

Era a tarde do último dia 3, quando 500 pessoas reuniram-se na favela carioca da Vila Vintém, e decidiram saquear o Supermercado Guanabara. Foi como se um rastilho de pólvora tivesse sido aceso, espalhando-se pelas diferentes regiões do Rio de Janeiro (...). As cenas são já conhecidas de todos: milhares de trabalhadores desempregados, jovens, donas de casa, mergulhados numa situação de miséria, partem para saquear supermercados, lojas. E a irrefutável lógica do desespero se expressa: “não queremos nada de ninguém, só estamos com fome”, como disse uma jovem (...). [O governador] Brizola ordenou a repressão, contrariando todos os anseios dos centenas de milhares de trabalhadores que nele votaram.

O Trabalho nº 216 – 15/9/1983

O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

• A CUT já entregou em Brasília as reivindicações do Conclat. Se o governo não retirar o Decreto-Lei 2.045, se o Congresso Nacional aprovar, a CUT reafirmou a decisão do Conclat: no dia 25 de outubro os trabalhadores vão à Greve Geral.

2045: OU SAI
OU PARA TUDO



No Rio Grande do Sul PT começa renovação

Servidores federais apoiam a central Única

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Greve contra privatização da Eletrobrás

Eletricitários reagem a mais um golpe na soberania nacional

Em 30 de agosto Temer entregou três distribuidoras da Eletrobrás (Eletroacre – AC, Ceron – RO e Boa Vista Energia – RR) a duas empresas privadas, Energisa e Oliveira Energia a preço de banana – R\$ 50 mil cada.

A Companhia Energética do Piauí (Cepisa), já havia sido entregue, também por R\$ 50 mil, à empresa Equatorial. O próximo leilão previsto para 26 de setembro é para entregar a Amazonas Distribuidora de Energia.

As distribuidoras de energia têm um papel estratégico na soberania energética como indutoras do crescimento

econômico e social nas regiões Norte e Nordeste. Assim alerta a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU - CUT) que denuncia que “privatizar o setor elétrico brasileiro, os impactos à economia serão profundos devido ao aumento das tarifas, da precarização da mão de obra, milhares de demissões, fim das tarifas sociais e de programas de eletrificação nas áreas interioranas.”

“Nossa luta é por soberania”

Buscando alertar a sociedade brasileira do profundo processo de desnacionalização do setor elétrico e da

entrega deste patrimônio a grupos estrangeiros, a FNU chamou os eletricitários a paralisarem as atividades do sistema por 72 horas entre os dias 28 e 30 de agosto, o que ocorreu em vários estados do país, em particular no Norte e Nordeste.

Nilton Miguel Coelho, funcionário de Furnas Centrais Elétricas, diretor do Sinergia-ES (Sindicato dos Trabalhadores em Energia e Gás do Espírito Santo), declarou que “nossa luta é por soberania e por isso defendemos e apoiamos a candidatura de Lula junto com a CUT que em sua resolução de

28/29 de agosto acredita no compromisso de Lula ‘...com a convocação de uma Assembleia Constituinte com o objetivo de revogar as medidas nefastas do governo golpista e de implementar as reformas estruturais necessárias ao resgate da democracia e ao fortalecimento da soberania nacional, criando condições para um novo ciclo de desenvolvimento, sustentável e com inclusão social, que atenda as demandas colocadas na Plataforma da CUT para as Eleições 2018.”

Nilton de Martins

Bancários garantem direitos

Campanha salarial arrancou conquistas importantes

Em acordo nacional assinado no dia 31 de agosto, válido por dois anos, os bancários conseguiram arrancar 5% de reajuste (a reposição da inflação e mais 1,18% de aumento real), para os bancos privados e públicos. Além disso, garantiu na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) a manutenção dos direitos conquistados, ameaçados após a contrarreforma Trabalhista. Num cenário de incertezas para o conjunto da classe trabalhadora esta conquista é fundamental. A presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores

do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandira Moreira, afirma “A ‘reforma trabalhista’ tornou a conjuntura mais difícil e impactou nossa negociação, mas não o nosso patrimônio construído por tantos anos, a nossa CCT, da qual temos tanto orgulho e zelo.” (site da CONTRAF/CUT). As assembleias de todo país aprovaram a assinatura do acordo.

Os banqueiros tentaram retirar direitos, ameaçavam não recompor a inflação e atacar pontos como a Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

das mulheres em licença-maternidade. A mobilização e determinação da categoria foi fundamental para fazê-los recuar e assinar o acordo por dois anos.

Os bancários foram além, incluindo cláusulas na Convenção, como a cobertura dos trabalhadores “hipersuficientes”. Isso garante àqueles que têm diploma e recebem a partir de duas vezes o teto do INSS (hoje em R\$ 11.291,60) os mesmos direitos dos demais colegas, o que é importante frente ao fato de que a contrarreforma Trabalhista abriu

espaço para que as empresas imponham a este conjunto de profissionais reajustes salariais e outras condições abaixo dos demais, via “negociação individual”. Isso nos dá a certeza de que a mobilização para revogar todas as medidas golpistas aprovadas por esse governo deve ser aprofundada. E cada trabalhador deve saber que esse é o compromisso da candidatura Lula, que está em seu programa de governo.

João B. Gomes

Latam demite trabalhadores para terceirizar

Cerca de 900 foram mandados embora e o STF aprova mais uma medida dos golpistas

No mês de agosto, a Latam Linhas Aéreas (antiga TAM) anunciou a demissão de centenas de trabalhadores. Os postos de trabalho foram ocupados por terceirizados. Só em Guarulhos, foram 850 demissões. No Rio, mais 35.

Para Débora Cavalcanti, Secretária Geral do Sindicato dos Aeroviários de Guarulhos (Sindigrú), com a terceirização, “perde tanto o trabalhador quanto perde o usuário, a população, e só quem ganha são os patrões. Só essa semana, quando a empresa terceirizada passou a já prestar serviços para a Latam, houve problemas com equipamentos de proteção individual, acidentes com de trabalhadores e problemas inclusive de segurança de voo.”

Ela explica que os novos trabalhadores passam a desenvolver as mesmas funções que eram exercidas pelos demitidos, mas não têm os mesmos direitos. Isso porque, como contratados da terceirizada, não fazem jus à Convenção Coletiva assinada pelo Sindigrú, com questões como o piso salarial.

Enquanto isso, STF aprova as terceirizações

Na mesma semana os aeroviários denunciavam as demissões, ocorria o julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da terceirização da atividade-fim das empresas. E no dia 30 de agosto, por sete votos a quatro, mais uma vez o STF se colocou ao lado dos patrões. Foi na mesma semana, inclusive, que o governo Temer ratificou o reajuste de R\$ 5.500,00 para os ministros do STF! E que, no dia 31, o TSE decidiu tirar Lula da urna. Tudo muito coerente. Tudo contra os interesses do povo.

Os milhões de desempregados e trabalhadores informais foram a desculpa favorita dos ministros que votaram a favor da terceirização. O Ministro Luis Roberto Barroso foi um deles, dando a bonita declaração de que “O medo do desemprego assombra as novas gerações”. Dias depois, centenas de trabalhadores da Latam recebiam baixa na sua carteira de trabalho.

O Trabalho conversou com a Débora, do Sindigrú, no dia 4 de setembro, primeiro dia do desligamento oficial

dos trabalhadores, quando receberam documentos da demissão. Emocionada, ela afirmou: “hoje é um dia muito difícil, a gente vê as pessoas deixando o uniforme, seus sonhos, né? Claro que a gente entende que eles podem

conseguir outros empregos, mas como está a situação do país, fica muito difícil até para a gente ter esperança numa agilidade dessa recolocação.”

Priscilla Chandretti



Os trabalhadores da Comcap (empresa de coleta de lixo de Florianópolis, SC) encerraram em assembleia na manhã do dia 4 uma greve iniciada no dia 3 de setembro, porque o prefeito Gean Loureiro (MDB) não cumpria o acordo feito com a categoria. A determinação dos trabalhadores impôs um recuo ao governo e os trabalhadores arrancaram suas reivindicações, entre elas a abertura de concurso público para a empresa.

“Milhões de Lulas” vão se por em movimento

Começou a campanha eleitoral da chapa Lula-Haddad

A campanha Lula Presidente está ganhando as ruas, depois do dia 31, quando começou horário eleitoral gratuito no rádio e na TV. Até o 1º turno o tempo é curto, 5 semanas.

Fernando Haddad, o vice de Lula, começou um giro bem recebido pelo Nordeste (abaixo), visitando bairros e participando de passeatas e atos massivos. Nenhuma outra candidatura presidencial fez isso!

Haddad apresenta propostas do Plano de Governo e explica que representa Lula, enquanto segue a batalha jurídica para devolver-lhe o registro da candidatura.

Nos Estados em geral, os candidatos a governador do PT e os proporcionais puxam o diálogo com o povo sobre o Plano de Governo de Lula e as propostas estaduais.

Por fim, os Comitês Lula distribuem panfletos da chapa Lula-Ha-

ddad pela coligação “O Brasil Feliz De Novo”, abrindo a discussão nas empresas e nos bairros.

Todos juntos, ampliados nas redes sociais, são os “milhões de Lulas” que o próprio Lula convocou antes de ser preso.

Cartas-compromisso

A candidatura de Julio Miragaya ao governo do Distrito Federal tomou uma iniciativa que pode ser generalizada. Junto aos diretores do Sindlurb, sindicato dos garis (CUT), estabeleceu uma carta-compromisso (ao lado) com as demandas da categoria, que seguirão em pauta após a eleição, e já criam um vínculo de mobilização. Outros candidatos a governador do PT ou a deputado e senador, podem fazer o mesmo com setores interessados. A campanha ganha em organicidade.

JÚLIO GOVERNADOR
MIRAGAYA 13
VICE: CLÁUDIA FARINHA



CARTA COMPROMISSO COM OS GARIS

- Diminuir a sobrecarga de trabalho e impedir o aumento da exploração:
 - a) reabertura de 400 postos de trabalho de garis que foram demitidos em 2018;
 - b) aumento do quadro de pessoal de acordo com o crescimento das cidades e limitação à mecanização;
- Jornada aos sábados em regime de plantão de modo que o trabalho seja realizado apenas por escala, com direito a hora extra.
- Participação do Governo do DF nas negociações da Convenção Coletiva de Trabalho visando a preservar o equilíbrio nas mesas e a transparência nas informações em todas as licitações
- Folga geral no Dia do Gari: enviar para a Câmara projeto que torna o dia feriado para os concursados e terceirizados.
- Realizar licitação coerente com a realidade do DF de contratação das empresas de limpeza pública preservando os valores de referência do sindicato, sem cortar postos de trabalho enquanto a população cresce.
- Recomposição do poder de compra do salário, perdido nos últimos três anos.

Chapa Lula-Haddad em Fortaleza

Caminhada com milhares no centro da capital cearense

O PT mostrou sua força em Fortaleza no dia 31. Mais de 10 mil acompanharam a caminhada por Lula Presidente que culminou num ato público numa praça do centro, com a presença do vice, Haddad.

Em sua fala, Haddad explicou que o PT não vai aceitar o veto a Lula e insistirá em sua candidatura, única que pode revogar as medidas de destruição da nação aplicadas desde o golpe de 2016. Ele indicou ainda que a coligação já tinha prontos os recursos em face do julgamento que se realizava naquele momento no TSE.

O Diálogo e Ação Petista esteve presente com uma coluna, ao lado dos

apoiadores da candidatura do vereador Guilherme Sampaio a deputado estadual. A faixa e os pirulitos expressavam a luta pela saída política do golpe, Lula Presidente com Constituinte.

Camilo na contramão

Na contramão desta força, o governador Camilo Santana (PT) fez uma fala estranha no ato: disse que Lula fez o melhor governo da história, mas não chamou a votar no candidato do PT. O fato se deve ao arranjo feito com a anuência da maioria da direção estadual e nacional do partido, com o PDT. Pelo acordo, Camilo não apoiaria nem Lula

nem Ciro. Assim, o comitê de Camilo e sua campanha não têm relação com a de Lula. As sedes das campanhas são separadas e os materiais do governador não fazem referência a Lula.

Na prática, Camilo tem declarado seguidos apoios a Ciro, como na inauguração de um comitê do PDT onde, de mãos dadas com o seu candidato, bradou, “tamo junto!”

A Coordenação do DAP encaminhou à direção do PT uma petição para barrar o apoio do governador a Ciro e para que se engaje na campanha Lula-Haddad.

Leda Vasconcelos

AM: agora Lula tem chapa

Direção local queria acordo que incluía apoiador de Bolsonaro

Depois de quase um mês de indefinição política, o PT local fechou a aliança com o PCdoB, sem o PSB.

Como se recorda, um acordo local apareceu na esteira do dito “acordo nacional com o PSB”, que depois não saiu. No Amazonas, o candidato a governador do PSB vetou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) na chapa, em favor de um candidato de extrema direita pró-Bolsonaro. O PT Nacional, então, procurou uma aliança com o PCdoB.

A Justiça Eleitoral já tinha se manifestado favoravelmente à essa aliança, mas a Executiva estadual ainda recorreu para manter o acordo inicial com o PSB local. O que causou protestos da militância e estranheza na opinião pública.

Por fim, no dia 28, após um dia inteiro de reunião da Executiva com a secretaria nacional de organização, o PT desistiu da aliança com o PSB e a extrema direita amazonense, e resolveu aceitar a coligação com PCdoB.

Oferecida a vaga de governador, a Executiva não aceitou, indicando a vice na chapa que tem o PCdoB na cabeça e no senado.

Agora é arregaçar as mangas e ir às ruas eleger Lula e nossos parlamentares.

Povo recebe Lula abraçando Haddad

Em Salvador, das janelas das casas e dos ônibus, se ouvia “Olê, olê, olá, Lula!”

Em campanha por Lula Presidente, Haddad esteve em Salvador no dia 21. A agenda incluiu reuniões com lideranças dos movimentos populares, sindicais e da juventude, e um ato de rua com o povo.

O vice foi recebido aos gritos de “Lula livre, Lula presidente” numa caminhada com cerca de 5 mil no tradicional bairro da Liberdade, na capital, ao lado do governador petista Rui Costa.

Rui corretamente afirmou: “Lula presidente, Haddad vice, e de quebra Rui governador”. Em seu discurso, Haddad ratificou ser vice de Lula, injustamente preso sem provas. “Nós não vamos abrir mão da candidatura do Lula, não vamos abrir mão da defesa do Lula”, afirmou.



O DAP marcou presença numa coluna com sindicalistas e professores. Ao lado da Juventude Revolução do PT, eles agitaram a caminhada com a afirmação da candidatura de Lula. A população do bairro, nas janelas e dentro dos ônibus respondia com gritos de “Olê, olê, olê, olá, Lula, Lula!”

A vibração das ruas não esconde alguns problemas da chapa majoritária baiana que não tocou o jingle de Lula no carro de som. Também estava lá a “base aliada” azulzinha do PSD e PP que surfa na onda Lula, mas votou as medidas golpistas de Temer como a Emenda 95 e a entrega do Pré-sal.

Mas é Lula com “a força do povo” quem deu o tom.

A mídia foi obrigada a cobrir a atividade relatando que “Haddad fez caminhada por Lula em Salvador” e que “Haddad foi recebido pela população aos gritos de ‘Lula’”, já que foi o desejo de Lula ser presidente e o vermelho das bandeiras do PT e da CUT que marcaram a atividade.

Maira Gentil

Gustavo Passaneli

LULA NELES, COM CONSTITUINTE!

Declaração do Encontro Nacional Extraordinário do Diálogo e Ação Petista chama às ruas



Da esquerda para a direita, Luis Eduardo Greenhalgh, Vicentinho, Misa Boito, José Genoíno, Julio Miragaya e Markus Sokol

Com mais de 90 delegados e 30 convidados e observadores, representando 15 estados, o Encontro Nacional Extraordinário do Diálogo e Ação Petista ocupa um lugar de grande importância na atual situação política. Realizado algumas horas depois que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de madrugada, impugnou a candidatura Lula e seus 54 milhões de intenção de votos, segundo pesquisas, o encontro reafirmou a vontade do povo brasileiro: é Lula até a vitória, para derrotar os golpistas e suas medidas, para avançar nas reformas populares com uma Constituinte Soberana.

Este foi o tom geral das falas, tanto dos integrantes da mesa quanto as do plenário, com uma conclusão unânime: nessas poucas semanas de campanha, devemos ocupar as ruas com Lula Presidente.

Nessas duas páginas, além da Declaração (trechos), resumimos partes das falas mais importantes. Mas já adiantamos a conclusão do companheiro José Genoíno, ex-presidente nacional do PT que participou como convidado do encontro: “Como vamos tratar esse judiciário, esse aparato midiático? Só com a refundação da democracia, só com uma Assembleia Nacional Constituinte”.

ÀS RUAS COM LULA 13! POR LULA PRESIDENTE COM CONSTITUINTE!

(trechos da Declaração aprovada pelo encontro)

Companheiras e companheiros petistas,

As próximas semanas serão decisivas para o futuro da nação, hoje bloqueado pela política do golpe.

Em dois anos, o golpe do impeachment criou uma situação gravíssima. São 13 milhões de desempregados, 5 milhões de desalentados, mais 9 milhões de subocupados, somando um quarto da força de trabalho, que é o esteio do país. Em dois anos, destruiu o emprego duramente conquistado em doze anos de gestões petistas.

Cortes atingiram em cheio a saúde, a moradia e a educação, objeto da contrarreforma do ensino médio; encarceraram o gás de cozinha e a gasolina.

Os golpistas, agentes do capital financeiro internacional no judiciário, no Congresso e na mídia, estrangularam os programas de apoio aos pequenos produtores rurais, os programas para o semiárido e outras regiões, atacaram as políticas de defesa dos oprimidos, jovens, mulheres, negros, quilombolas e indígenas.

O PT nunca aceitou o golpe e, apesar de vários tipos de dificuldades, lutou por Fora Temer – Nenhum Direito a Menos. Junto com a CUT e os movimentos populares, se opôs à austeridade para fazer superávit e pagar a dívida.

Perseguido pelos golpistas, Lula terminou preso por uma sentença forjada para torná-lo inelegível, o que ele e o PT não aceitaram e combateram de forma incansável. Foi assim que ele cresceu e agigantou-se nas intenções de voto.

Hoje, se sente nas ruas aquilo que

dizem as pesquisas: Lula é disparado o favorito, ganha a eleição com a maior votação da história. É o único que pode reverter o golpe e atender às demandas populares.

Companheiros e companheiras,

As próximas semanas são decisivas para reverter o desastre nacional.

Há exatos 2 anos, na esteira do golpe e com o desgaste dos erros de conciliação, numa hora tensa de angústia pelo futuro, lançamos o Manifesto Pela Reconstrução do PT “com base na retomada dos compromissos históricos”.

E avançou! O povo foi à luta, as bases se expressaram. O 6º Congresso do PT (junho de 2017), apesar do balanço inconcluso, deu elementos para chegarmos ao quadro atual, onde o PT volta a ter 29% de preferência partidária.

Lula foi e segue sendo, mesmo preso, o nosso candidato a presidente, pela aliança nucleada no PT e PCdoB. Há problemas em Estados onde o PT foi rifado por acordos com forças que não são “antiimperialistas e radicalmente democráticas”, o que nós rechaçamos, como preconizou o 6º Congresso. Mas predomina a candidatura Lula como única alternativa para o povo derrotar o golpe.

Lula é candidato com o programa da revogação das medidas golpistas, e a “convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, democrática, soberana e unicameral, eleita para este fim, nos moldes da reforma política” para “as reformas estruturais indicadas e a reforma das Instituições”, tais como a do judiciário, da mídia e a tributária, reduzindo

impostos sobre o consumo e a renda do trabalho e aumentando sobre os lucros e a renda do capital. A candidatura Lula é um extraordinário ponto de apoio para a luta do povo brasileiro, e que repercutirá entre os povos do continente submetidos à pressão imperialista, ajudando a tirar a Venezuela de Maduro do cerco e, junto ao povo que elegeu Lopez Obrador no México, avançar no caminho da soberania.

Todo o partido e cada um dos seus candidatos devem estar unidos pela vitória de Lula Presidente, com Haddad como vice. “A crise”, como disse o próprio Haddad, “só terminará quando Lula subir a rampa do Palácio do Planalto”.

É possível vencer. O povão já tem um presidente, Lula, e não engolirá a entrega da presidência a um político qualquer ou à dupla de milicos. Nossos inimigos não têm discurso, tampouco apoio popular, seu rosto é a cara do odiento Temer.

Eles não conseguirão impedir Lula de voltar à presidência. A vontade do povo, ao fim, será mais forte.

Nas próximas semanas, vamos nos manter organizados e informados para a intensa batalha de rua pela vitória. Uma



Um só grito: Brasil urgente Lula presidente!

batalha para eleger senadores e deputados federais, governadores e deputados estaduais do PT, pelo voto no 13 e em candidatos antiimperialistas com Lula.

Como disse o companheiro Lula na carta que nos mandou da prisão, em Curitiba, “precisamos radicalizar o debate político e programático se quisermos governar o país outra vez”.

É isso aí, cabeça erguida, vamos para a rua, Lula neles! Temos candidato, partido e programa de governo!

Agora, nada é mais importante que dialogar e esclarecer, convencer e arrastar, sem hesitar nem dispersar.

Às ruas!

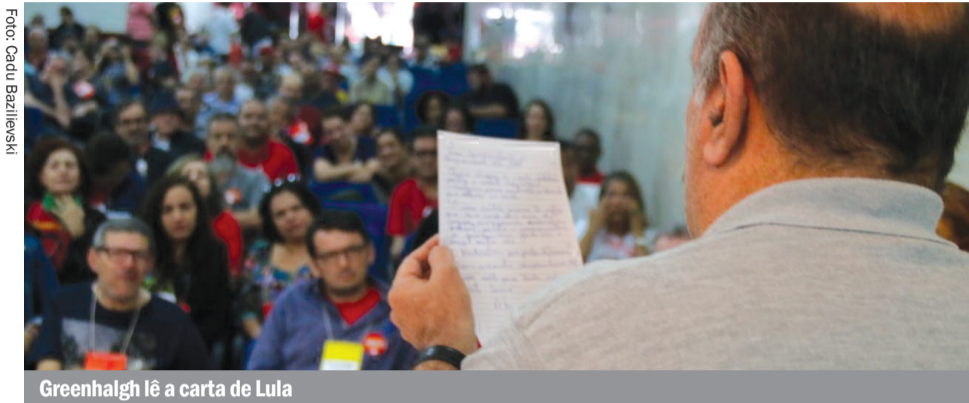
São Paulo,
1º de setembro de 2018

ATIVIDADE SUSTENTADA PELOS MILITANTES

Toda a realização do encontro, do deslocamento das delegações, alimentação e produção de materiais, foi financiada através de arrecadação feita pelos grupos de base. Para pagar estes gastos contribuíram também os presentes ao encontro que foi totalmente autossustentado.

Para manter a sustentação financeira independente, o DAP produziu materiais da campanha Lula Presidente (bottoms, faixas e camisetas). As delegações presentes compraram lotes para revenda em seus estados

GREENHALGH: O DAP NA RECONSTRUÇÃO DO PT



Greenhalgh lê a carta de Lula

Abriendo o Encontro, Luiz Eduardo Greenhalgh, do Comitê Nacional do DAP, lembrou que há dois anos o PT tinha apenas 9% da preferência popular, no período de sua maior crise. E no ano passado, por ocasião do 7º Encontro Nacional do DAP (outubro) a preferência pelo PT era 19% e pesquisas mostram que hoje este índice subiu para 29%.

“O papel do DAP nessa recuperação do partido não pode ser subestimado, como ficou claro no 6º Congresso do PT e em muitos outros momentos. Hoje, o DAP é reconhecido nacionalmente”.

Greenhalgh é um dos dirigentes petistas em contato direto com Lula, visitando-o na Polícia Federal em Curitiba e foi o portador da carta de Lula saudando o encontro, lida por ele

“RADICALIZAR O DEBATE POLÍTICO E PROGRAMÁTICO”

Carta de Lula ao Encontro Nacional do Diálogo e Ação Petista:

Os companheiros e companheiras do DAP.

Quero desejar a vocês sabedoria política e muita convicção ideológica para entender o momento que estamos vivendo.

O nosso Partido precisa ter certeza que 2018 pode ser o ano do PT. Por isso precisamos radicalizar o debate político e programático se quisermos governar o Brasil outra vez.

“Radicalizar sem perder a ternura”

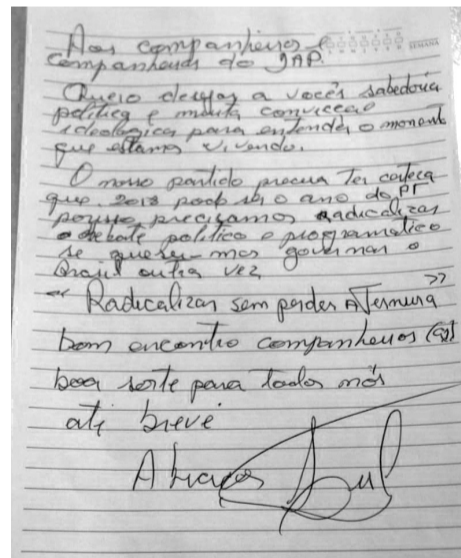
Bom encontro, companheiros (as)

Boa sorte para todos nós

Até breve.

Abraços,

Lula



SOKOL: APOIO A LULA É DESAFIO ÀS INSTITUIÇÕES

Markus Sokol, da Executiva Nacional do PT e do Comitê Nacional do DAP, fez uma análise da situação, abordando a crise, os ataques que continuam aos direitos dos trabalhadores e a resistência: “O apoio de 40% dos eleitores a um preso político é um desafio às instituições”.

Reconhecendo que há problemas no



Foto: Cadu Bazilevski

PT, Sokol salientou que o principal é a reafirmação da candidatura Lula e o programa com Constituinte. Lembrou que é a mesma luta que se trava na Venezuela, no México e outros países.

Sokol disse que o PT terá apenas dois materiais de campanha: “Mas é com

isso que vamos fazer valer a vontade já demonstrada do povo trabalhador”.

MIRAGAYA: ELEIÇÃO NO DF ESTÁ EM ABERTO

O economista Júlio Miragaya, candidato do PT ao governo do Distrito Federal, disse que há um ano já estava claro que a economia não cresceria mais do que 1%, quando o mercado previa 3%. “Hoje, muitos trabalhadores não procuram emprego porque sabem que não vão conseguir. São os desalentados”.

Miragaya disse que as



Foto: Cadu Bazilevski

eleições no DF ainda estão indefinidas, o governador com alta rejeição e a direita fragmentada em seis candidaturas. O PT, apesar das dificuldades, conseguiu forjar uma grande unidade.

Ele relatou que Lula tem uma penetração excepcional nas massas populares e deve avançar para superar Bolsonaro em breve.

VICENTINHO: DAP, UM FAROL PARA O PT

O deputado federal Vicentinho (SP), candidato à reeleição com apoio ao DAP, disse estar “carregado de esperança”. Mas ressaltou: “Não com esse Congresso que está aí”. Ele prometeu divulgar na Câmara dos Deputados as resoluções do Encontro, assim como já havia feito com as resoluções da Conferência



Foto: Cadu Bazilevski

Mundial Aberta contra a Guerra e a Exploração (Argel, dezembro 2017) da qual participou.

“Vejo hoje o DAP como um farol para o PT. Essa prática de auto sustentação emocional”, disse, referindo-se à coleta que estava sendo feita para bancar os gastos com o encontro. E, de pronto, fez a sua contribuição.

A DISCUSSÃO EM PLENÁRIO

Delegados relatam situação nos estados

Na parte da tarde, dedicada às intervenções de plenário, a discussão foi aberta com o companheiro Julio Turra, do Comitê Nacional do DAP e membro da Executiva Nacional da CUT, informando a resolução direção da central, de 29 de agosto, de apoio à candidatura Lula pelo seu compromisso de convocação de uma Constituinte. Ele destacou também a necessidade de reforçar a campanha internacional em defesa da candidatura Lula, lembrando a campanha iniciada na

9º Conferência Mundial de Argel. “A decisão recente da ONU a respeito já é resultado do apoio internacional”, disse Turra.

“Se ficar triste, vai falar com o povo!”

Representantes dos 15 estados presentes relataram a situação eleitoral e a atuação do DAP. Os relatos mostravam que a campanha Lula Presidente começa a ir às ruas e vai ganhando cada vez mais musculatura.

Todas as intervenções destacaram a

boa receptividade, “a gente sente nas ruas o que as pesquisas mostram”.

Algumas dificuldades foram relatadas. Além das alianças contrárias às resoluções do 6º Congresso, como em Alagoas, Mato Grosso e Pernambuco, ressalta o caso do Ceará, onde o governador do PT, Camilo Santana, candidato à reeleição, faz campanha aberta para Ciro Gomes, ignorando Lula Presidente. O companheiro cearense Paulinho disse que a direção nacional do PT deveria cobrar fidelidade

partidária de Camilo.

Sem ignorar os problemas, mas indo direto ao ponto, uma companheira de São Paulo, destacou “quando vocês ficarem tristes vão para porta de fábrica, estação de trem, vão para a rua conversar com o povo”, a plenária aplaudiu entusiasmadamente.

A proposta de Declaração (ver pag. ao lado), apresentada pelo Comitê Nacional, recebeu algumas emendas do plenário e agora será apresentada aos militantes do PT.

Justiça faz de tudo para tirar Lula da eleição

Mobilização nas ruas é o caminho para derrotar a perseguição e fazer valer a vontade popular

A defesa de Lula anunciou a apresentação de recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que no dia 31 de agosto impugnou a sua candidatura. O TSE desconheceu também a determinação do Comitê de Direitos Humanos da ONU no sentido de permitir que Lula faça campanha. De acordo com o PT, o objetivo é utilizar todas as brechas legais no sentido de garantir Lula candidato.

Se a decisão do TSE não foi exatamente uma surpresa, o Judiciário brasileiro sempre pode ir mais longe em sua tentativa de eliminar Lula da eleição. Não basta mantê-lo preso, querem tirar a qualquer custo a possibilidade de que o povo o eleja presidente.

A sessão do tribunal foi realizada menos de 24 horas depois de aberto o prazo para julgamento das chapas, e certamente os juízes não tiveram tempo de ler os argumentos da defesa, supondo-se que estivessem interessados em ler algo para formular seu juízo.

É positiva a decisão de ir até o fim na batalha legal, até para demonstrar cada vez mais que Lula é um preso político, perseguido por encarnar a possibilidade de o povo derrotar o golpe no terreno eleitoral. Mas a luta decisiva será travada não nos salões dos tribunais, e sim nas ruas, nas atividades de campanha, no esclarecimento ao povo sobre o que as instituições podres estão

fazendo para tentar impedir a livre expressão popular nas eleições.

TSE atropela

Sem nenhum pudor, o TSE desrespeitou a própria legislação brasileira, a mesma que não teria dúvida em utilizar caso isso prejudicasse o PT. Não havia nem mesmo a necessidade de julgar o caso às pressas, como alegou o relator no TSE, Luís Roberto Barroso. O atropelo serve apenas à tentativa de barrar Lula.

A chamada Lei da Ficha Limpa não impede a candidatura de alguém condenado em segunda instância, como é o caso da injusta condenação do ex-presidente. O fato de estar preso também não impossibilita a sua candidatura. Em 2016, 145 candidatas a prefeito disputaram a eleição sub judice, e 98 governam atualmente as suas cidades.

Quanto ao Comitê de Direitos Humanos da ONU, a obrigação legal de que o país cumpra suas determinações deve-se ao fato de o Brasil ter ratificado em 1992 o Protocolo Facultativo do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Em 2009, o Congresso Nacional aprovou um decreto legislativo reconhecendo a legitimidade do comitê. Ou seja, foi uma decisão do Estado brasileiro a adesão ao pacto.

As medidas da Justiça não têm impedido o crescimento do apoio popular a Lula, e cresce percepção sobre os objetivos do golpe. É possível explicar a qualquer trabalhador

a vinculação entre o impeachment de Dilma, a reforma trabalhista, a entrega da Petrobras e a tentativa de tirar Lula da eleição.

As arbitrariedades põem a nu os golpistas, e seus representantes mais atentos têm consciência disso. Gilmar Mendes, ministro do STF que tem um histórico de militância tuca, ao falar sobre os resultados das pesquisas, comentou: "(...) as pessoas não percebem que nós contribuímos com a vitimização do Lula?"

Estamos produzindo esse resultado que está aí" (O Globo, 29/8).

Cada instância do Judiciário participa do cerco. O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, por exemplo, decidiu proibir que os candidatos petistas façam qualquer menção a Lula em sua propaganda eleitoral, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 5 mil. É a tentativa desesperada de apagar Lula. Não conseguirão.

Cláudio Soares



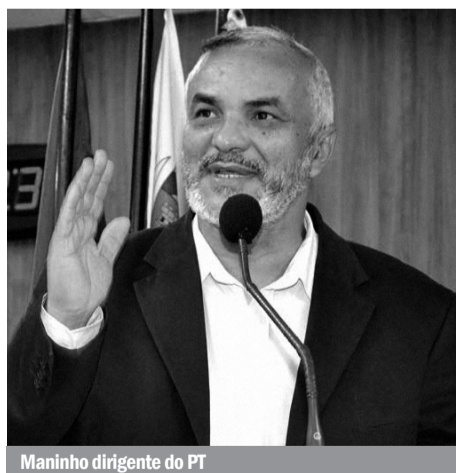
O Comando Militar do Sul do Exército condecorou, em Porto Alegre, Leandro Paulsen e Victor Luiz dos Santos Laus, desembargadores do TRF-4 que condenaram Lula. Foi homenageada também a vice de Alckmin, senadora Ana Amélia (centro), em evento com a presença do presidente do TRF-4, Thompson Flores (primeiro à direita). É o golpe em estado puro: com Exército, Judiciário, políticos reacionários, com tudo...

Liberdade para Maninho!

Prisão partiu de B.O. do filho de Bolsonaro; Suplicy e Sokol testemunhas de defesa

O ex-vereador do PT em Diadema, Manoel Eduardo Marinho, conhecido como Maninho, militante e ex-diretor do sindicato dos metalúrgicos do ABC, e atualmente membro da Executiva Estadual do PT-SP, está preso desde 16 de maio junto com seu filho Leandro. Eles tiveram a prisão preventiva decretada após um incidente em 5 de abril, em frente ao Instituto Lula, em São Paulo, momentos após o juiz Sérgio Moro expedir o mandado de prisão para o ex-presidente.

Nesse dia, Carlos Alberto Bettoni, que se declara empresário, apareceu no Instituto junto com outros indivíduos, para provocar os líderes do PT. Como documentou a imprensa presente, eles se puseram a gritar, ofendendo o senador Lindbergh que naquele momento dava uma



Maninho dirigente do PT

entrevista em frente ao Instituto. Com a insistência, tiveram que ser afastados. Bettoni em fuga bateu numa camionete e caiu desacordado, sendo socorrido num hospital ao lado.

Estranhamente, o Boletim de

Ocorrência do caso foi feito pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), policial federal e filho de Jair Bolsonaro, o candidato a presidente da extrema-direita. Eduardo não foi visto no local, mas acudiu decididamente.

Pouco depois, a Justiça passou a fazer a absurda acusação de "tentativa de homicídio" a Maninho, para o que era, na verdade, o afastamento dos provocadores da entrevista. Outro juiz se juntou à operação de criminalização, negando um habeas corpus. Tudo apoiado por boa parte da mídia, a Globo em especial, numa armação para intimidar o Partido dos Trabalhadores.

No último dia 29 de agosto, realizou-se no Fórum Criminal de São Paulo, uma audiência onde

compareceram como testemunhas de defesa, entre outros, Paulo Fratreschi, do Instituto Lula, Markus Sokol, da Executiva Nacional do PT e o senador Eduardo Suplicy. Chamou a atenção a irritação da juíza da 28ª Vara e do promotor do caso, ameaçando testemunhas que não diziam o que eles queriam ouvir! Um comportamento raro, mesmo nos tempos da justiça da ditadura militar.

Ao final do dia, Maninho e o filho não tiveram a prisão relaxada. Eles vão completar quatro meses na penitenciária de Tremembé (SP), enquanto aguardam um recurso ser julgado em Brasília.

Esta é mais uma brutalidade cometida pela justiça que persegue o PT e os seus militantes.

Liberdade para Maninho e Leandro!

RJ: sete meses de intervenção militar

O saldo é tenebroso para a população que vive em permanente agonia com a violência

Temer se diz “satisfeitíssimo” com os dados da intervenção militar no RJ. Pezão e os generais fazem coro. Todos os que vivem no RJ sabem que não há nada a se comemorar. A política do golpe só trouxe desalento e mortes: a taxa de desemprego no estado é de 15%, a violência recrudescceu com a militarização da segurança pública.

Cecília Oliveira, do Laboratório de Dados Sobre a Violência Armada Fogo Cruzado, mostrou indignação com a fala de Temer: “O número de casos de mortes decorrentes de ações policiais é o maior desde 2008 e o número de roubos de rua é o maior desde 2006. Sim, o roubo de carros e cargas diminuiu, e o que isso quer dizer? Que os carros estão salvos e as pessoas estão morrendo? Qual o valor da vida para ele?” (Estadão, 30 de agosto).

Os números indicam o tamanho da barbárie. Segundo a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, de fevereiro a julho de 2018, foram registrados 2565 tiroteios, 99571 roubos e 736 pessoas foram mortas pela polícia, sem contar os desaparecidos.

A intervenção militar foi decretada por Temer em 16 de fevereiro, depois do carnaval do Rio, em que os foliões escancararam a catástrofe nacional da política dos golpistas e do governo não conseguir

aprovar a Reforma da Previdência.

A execução de Marielle, que chocou o país e o mundo, assim como todos os mortos do RJ sob intervenção – os cinco jovens de Maricá, Marcus Vinícius e centenas de outros que não sabemos os nomes – segue sem esclarecimento e punição.

Tiroteios, execuções, desaparecimentos...

Convivemos diariamente com a Linha Vermelha, a Avenida Brasil, a Grajaú-Jacarepaguá fechadas por conta de tiroteios.

Moradores relatam abusos cometidos pelas forças de intervenção e a maior parte das vítimas são pobres, negros e jovens. Mães tem medo de mandar crianças para a escola e no caminho serem baleadas.

Em agosto, vimos a triste cena de familiares desesperados procurarem pelos corpos de parentes na mata do Complexo da Penha, depois de operações das Forças Armadas nas favelas da Penha, Maré e Alemão. Os moradores dizem que houve um banho de sangue e os militares não permitiam o acesso à mata.

Segundo relatos, no morro do Alemão blindados e tanques fecham o acesso às ruas e às escolas, inibindo



Povo trabalhador sofre com a violência, intimidação e humilhação

a circulação de pessoas. Na Penha as revistas são abusivas e mulheres e crianças são revistadas por militares homens, jovens são espancados e levados à força de dentro de casa, sem nenhuma explicação. A rotina de tiroteios permanece, inclusive em áreas com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

O sistema de transporte inaugurado nas Olimpíadas – o BRT, sistema de corredores exclusivos com ônibus, com 8,6 milhões de usuários – está abandonado e degradado. O BRT da zona oeste tem trecho inteiro de um corredor fechado, que ligava o bairro de Campo Grande e Santa Cruz, por causa de tiroteios, estações depreda-

das, pistas esburacadas e veículos lotados. Segundo relato de moradores, milicianos fazem a “segurança” de algumas estações para impedir o calote.

Nas campanhas eleitorais para o governo do Estado, é chocante o silêncio dos candidatos sobre a intervenção. O PT corretamente se manifestou, com voto da bancada e notas da executiva estadual contra a intervenção. Mas, sem uma ação efetiva, deixa o povo que quer o fim da intervenção sem ter em que se apoiar. Neste momento de campanha eleitoral, o partido deveria levantar alto e bom som a exigência do fim da intervenção.

Francine Iegelski

A destruição do Museu Nacional, um retrato do país

O desaparecimento do valioso acervo é de responsabilidade da política golpista

Na noite do último dia 2, o Museu Nacional foi destruído pelo fogo. Perdemos o 5º maior acervo do mundo, um dos acervos mais importantes do país, de valor inestimável para nós, brasileiros, e para toda a humanidade. Perdemos o fóssil humano mais antigo localizado nas Américas, Luzia, múmias indígenas e egípcias, entre outros.

O Museu Nacional abrigava vinte milhões de itens, duas valiosas bibliotecas e espaços destinados à pesquisa e extensão, além de programas de pós-graduação de excelência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Citamos como exemplo o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – sobretudo pelos trabalhos de etnologia indígena – responsável pela produção de ponta na área de ciências humanas no país hoje e que conferiu um lugar de destaque mundial para a nossa produção intelectual.

O Museu Nacional era um dos prédios mais populares do Rio. Fazia parte da formação dos alunos de escolas públicas de educação básica. Muitos estudantes entravam em contato pela primeira vez com espaços de conservação da memória, da



história, da cultura, da arte e ciência do país e do mundo através da sua visitação.

Em 2018, 54 mil para manutenção!

Embora querido e de grande valor para a cultura e ciência do país, todos que visitavam o Museu, que em 1808 abrigou a família Real Portuguesa, sabiam que ele funcionava à míngua, num prédio em péssimas condições, com instalações precárias e infestado de cupins. Este ano, o Museu recebeu apenas 54 mil reais para sua manutenção. Os jornais do mundo todo repercutiram a notícia. A comoção da perda foi tornada maior diante dos poucos recursos do

Corpo de Bombeiros da PM do RJ para enfrentar a magnitude do incêndio.

A grande imprensa teve a coragem de ecoar manifestações pró-privatização que apontam a tragédia como exemplo de incapacidade administrativa do poder público. Paulo Knauss, diretor do Museu Histórico Nacional, disse que “Nosso país está carente de uma política que defenda os nossos museus” (G1, 02/09).

Embora a imprensa omita, o PT é o único partido que enumera com clareza seus compromissos com a preservação do patrimônio público e dos Museus, em especial: “Retomaremos de forma ativa as políticas para o

patrimônio e museus através do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e do Ibram (Instituto Brasileiro de Museus). Essas duas instituições serão dotadas das condições para que conduzam iniciativas amplas e diversificadas de proteção e promoção do patrimônio cultural e de fortalecimento da política nacional de museus” (Plano Lula de Governo).

No dia 3, a polícia de Crivella jogou gás de pimenta e bateu em manifestantes injuriados que protestavam em frente ao Museu, denunciando os cortes de Temer e a PEC 241/55 dos gastos, na Quinta da Boa Vista. No mesmo dia, houve manifestação também na Cinelândia, chamada pela UNE, UEE, ANPG (Pós-Graduandos), com milhares presentes, sobretudo estudantes.

Ao contrário do que dizem Temer, Crivella e demais administradores ignorantes, não é possível recuperar o Museu Nacional. Infelizmente, o que se perdeu no incêndio nunca mais poderá ser recomposto. Esse é o legado macabro dos golpistas. O Museu Nacional virou ruína, uma chaga vinda desse momento infeliz da nossa história.

Áurea Alves

80 anos depois, a 4ª Internacional é atual!

A seção brasileira, O Trabalho, tem um histórico a serviço dos trabalhadores

Uma efeméride passou despercebida da mídia, o 80º aniversário da 4ª Internacional, fundada em 3 de setembro de 1938 por militantes ao redor de Leon Trotsky, um dos dirigentes da Revolução Russa ao lado de Lênin (v. na edição anterior o artigo de Julio Turra).

A omissão da mídia é “justa”, é proporcional ao desprezo que a 4ª Internacional dedica a ela e à ordem mundial em decomposição que ela expressa.

Continua atual a fundação da 4ª Internacional. Na ocasião, Trotsky escreveu num artigo:

“As fumaças dos ódios nacionais e das perseguições raciais constituem atualmente a atmosfera de nosso planeta. O fascismo e o racismo são apenas a expressão extrema desta orgia de chauvinismo (xenofobia patrioteira - NdA) que tenta superar ou sufocar as contradições de classe insuperáveis”.

De fato, a burguesia não pode resolver as contradições do capitalismo, só sufocá-las com formas de xenofobia social, política ou étnica e, contra ela, o proletariado deve suplantá-la pelo socialismo. É o que prega o programa de fundação da 4ª Internacional, o Programa de Transição, no qual foram educados os seus militantes nestes 80 anos.

Foi um período de luta de classes com a burguesia, e de dura luta pela independência política dos trabalhadores, contra as correntes hegemônicas - o stalinismo e a social-democracia - que abusaram dos trabalhadores desvirtuando, quando não desmoralizaram, a luta socialista.

O legado do trotskismo

Mas décadas depois, aquelas correntes estão em trapos, outras menores que existiam, desapareceram. E embora a situação dos trabalhadores seja difícil no mundo, a 4ª Interna-

cional avança e se afirma. Inclusive a sua seção brasileira, a corrente O Trabalho do PT.

A longevidade não tem segredo. Filiados ao leninismo, esses militantes tratam o marxismo como “guia para ação”, não como dogma, debatem livremente, acertam e erram, continuando o legado do Programa.

Dois exemplos, são, hoje, no Brasil, importantes.

Engajada na unidade da classe trabalhadora com suas organizações, portanto, na defesa das organizações genuinamente construídas contra seu inimigo de classe, a 4ª Internacional veio a desenvolver a linha de transição na construção partidária.

Os trotskistas, como são conhecidos os militantes da 4ª Internacional, compreenderam que na situação mundial realmente difícil, de crise da representação política dos trabalhadores, o desenvolvimento da Internacional deve ser entrelaçado com a construção de poderosos partidos de classe independentes, ou de sua defesa ali onde existam. E não proclamar pequenos partidos que tendem a oscilar e degenerar.

No Brasil, é no interior do PT que se desenvolve a batalha.

Esta compreensão, alimentada pelos processos em curso em outros países e outros continentes, debatidos nos organismos da Internacional, permitiu à O Trabalho ver com clareza o que estava em jogo em 2015/16. Quando o PT sofreu a dupla derrota do impeachment e do revés eleitoral (perdeu 10 milhões de votos), muitos setores ficaram aturdidos, embora disponíveis ao debate, enquanto outros arrumavam as malas para buscar alternativas partidárias, o que agravaria o desastre.

OT neste momento, discutindo com os companheiros com os quais construíamos o agrupamento Diálogo e Ação Petista, decidimos lançar um Manifesto pela Recons-

trução do PT “com base nos seus compromissos históricos”. E, de fato, o PT se manteve, em boa parte devido à raiz que avaliamos que guardava entre os trabalhadores: de fora, empurrado pelo movimento da Greve Geral de 2017 contra o golpista Temer e em defesa dos direitos e, de dentro, questionado pela reação das bases à “conciliação” (por exemplo, o apoio ao deputado Maia do DEM para presidir a Câmara). Juntaram-se os elementos para as ricas resoluções do 6º Congresso (junho de 2017), que deu na candidatura de Lula a presidente, com a bandeira da Constituinte no Plano de Governo.

O lugar da Constituinte

No coração da luta pela democracia, contra o Estado oligárquico e autoritário, subordinado ao imperialismo, está a luta por uma Constituinte Soberana que nunca houve no Brasil. É ela que pode realizar as transformações que contemplem as demandas dos setores oprimidos, além dos explorados, numa frente única anti-imperialista. Só os trabalhadores podem encabeçá-la, era crucial o PT assumir esta bandeira.

Por isso, no 6º Congresso se destaca a retomada da bandeira da Constituinte, abandonada há mais de duas décadas. A rigor, depois de assinada a Constituição de 1988, o PT deslizou em crescente adaptação às instituições do Estado. Junto, se acomodou aos hábitos do tráfico e da corrupção reinantes nas instituições políticas herdadas da ditadura, e, claro, abandonou várias reformas estruturais, como na dívida, nas privatizações e na questão agrária, não contempladas na Constituição, contra a qual o PT votara. O PT não voltou a questionar a ordem injusta, pelo meio democrático da Constituinte.

Até que, em 2013, cresceu a luta pela reforma política em choque com o edifício institucional preservado pelo Judiciário, ambos operando a serviço do “mercado” contra as conquistas populares no golpe em 2016.

Os militantes da 4ª Internacional haviam levantado a Constituinte em todos os congressos internos, armados do Programa (ao lado), que



Foto: IO

a recomenda em países com tarefas de emancipação nacional, para que as próprias massas ultrapassem o programa democrático.

Aí, então, o debate avançou. Com o conhecido e inegável concurso dos militantes de O Trabalho, numa reafirmação da atualidade da 4ª Internacional. O PT e depois a candidatura de Lula adotaram a Constituinte, um ponto de apoio para a luta de classes de todo o próximo período, seja qual for o resultado eleitoral.

“Uma bandeira sem manchas”

Os problemas da nação e do próprio PT não foram resolvidos, é verdade. A situação é grave, mas estamos em outro patamar, superior aos de há dois anos!

A 4ª Internacional tem, também no Brasil, um histórico a serviço dos trabalhadores a apresentar e “uma bandeira sem manchas” a lhes propor.

Das nossas datas cuidamos nós mesmos. Este ano, no calor da batalha em que estamos engajados com o PT, decidimos comemorar a data dos 80 anos da fundação, em dezenas de reuniões de apresentação da 4ª Internacional a novos, e nem tão novos, militantes cuja atividade se funde com a nossa, nos sindicatos, na juventude e no interior do PT.

Nós fazemos, hoje, nossas, as palavras de Trotsky naquele artigo de 1938 que avaliava a Conferência de fundação da 4ª Internacional: “Levadas ao último grau da exasperação e da revolta, as massas não encontram outra direção, senão a que lhe propõe a 4ª Internacional”.

Viva a 4ª Internacional!

João Alfredo Luna

A CONSTITUINTE NO PROGRAMA DE TRANSIÇÃO

“É impossível rejeitar pura e simplesmente o programa democrático: é necessário que as próprias massas ultrapassem esse programa na luta. A palavra-de-ordem de Assembleia Nacional (ou Constituinte) conserva todo o seu valor em países como a China ou a Índia. É necessário ligar, indissolúvelmente, essa palavra-de-ordem às tarefas da emancipação nacional e da reforma agrária. É necessário, antes de mais nada, armar os operários com esse programa democrático. Somente eles poderão sublevar e reunir os camponeses. Baseados no programa democrático e revolucionário, é necessário opor os operários à burguesia ‘nacional’” (Programa de Transição).

China: a luta por um sindicato independente

50 presos por solidariedade aos trabalhadores da Jasic Tecnologia

Cinquenta trabalhadores e estudantes foram presos em 24 de agosto. Eles haviam vindo a uma manifestação em Shenzhen (cidade no sul da China) em apoio a operários demitidos por tentar criar um sindicato na empresa privada Jasic Tecnologia.

Representantes dos trabalhadores e estudantes que haviam contatado a Federação dos Sindicatos da China e a Federação das Mulheres Chinesas a respeito do caso dos trabalhadores da Jasic, também desapareceram (China Labour Bulletin). Cinco dias antes, o Ministério da Educação havia instado as universidades do país a impedirem os estudantes de irem às manifestações (Reuters). Mais de 70 pessoas estão presas até o momento.

“Investigação” dos incidentes

A imprensa oficial divulgou a apuração da polícia local: “Yu, um empregado da Jasic havia sido despedido em maio por ter faltado ao trabalho sem justificativa válida e ter participado de

confrontos violentos. Insatisfeito com a decisão arbitrária, ele e seis outros trabalhadores se reuniram na entrada da empresa e tentaram entrar à força em 20 de julho”. Cinco deles foram presos na sequência e, depois de liberados, “continuaram a reunir pessoas para entrar nas instalações da empresa pela força e inclusive bloquear as operações normais de um posto policial”.

Na semana seguinte, 29 “suspeitos” foram presos por nova tentativa de entrar na fábrica. A polícia acusa “uma organização ilegal não registrada chamada “Dagongze Zhogxin” ou “Centro para trabalhadores imigrantes”, que seria “financiada por ONGs estrangeiras, de estar forçando os trabalhadores a tomar medidas radicais”, declarou a polícia. Os “suspeitos” foram obrigados a assumir seus “erros” e prometer que “não os repetirão se tiverem uma segunda chance”.



Estudantes se solidarizam com os trabalhadores presos

Apelo internacional

A Confederação de Sindicatos de Hong Kong (HKCTU) lançou um apelo mundial a sindicatos para escreverem ao primeiro ministro do Conselho de Estado, Li Keqiang, e ao presidente da Federação de sindicatos da China, Wang Dongming, pedindo a liberação

imediate dos trabalhadores da Jasic. Pede também ao governo que observe os princípios da OIT concernentes ao direito e à liberdade de associação sindical.

O apelo já recebeu apoio de sindicatos e centrais sindicais de mais de uma dúzia de países, como a central do Reino Unido, TUC, a CGT (França) e a Confederação Sueca de Sindicatos.

Um manifesto da HKCTU denuncia o governo chinês de seguir ignorando o apelo internacional e violando as normas internacionais do trabalho e assim privar os trabalhadores de seu direito de organizar sindicatos e reprimir trabalhadores. Exige libertação imediata dos trabalhadores e a reintegração dos mesmos a seus postos de trabalho na Jasic.

Extratos de artigo de Albert Trap, do jornal francês *Informações Operárias*

Grã-Bretanha: exigir eleições gerais imediatas

Para tentar resolver a catástrofe

Milhares de pessoas se manifestando em Londres pelo direito a um referendo sobre as condições do “Brexit” [saída da Grã-Bretanha da União Europeia], decidida num plebiscito há 2 anos, nos faz pensar. Sobretudo porque havia ali gente de vários partidos, embora dominados por conservadores.

Militantes do Partido Trabalhista temem, com razão, o impacto que uma saída desordenada da União Europeia terá na vida futura dos trabalhadores. Há análises sendo debatidas no partido sobre tais implicações e quais seriam as políticas de um governo trabalhista.

Tudo isso pode se perder na medida em que os deputados da direita partidária (que perderam o comando do partido para Jeremy Corbyn) lançam ataques buscando difamar a atual liderança com alegações falsas de “antissemitismo”.

Brexit e as boas intenções

De 2016 para cá a nova direção do partido trabalhista passou a atuar de forma independente dos interesses das grandes empresas. Ela elaborou uma posição que se concentra nas questões



Londres, março de 2018: manifestação de professores em greve

de classe levantadas pelo Brexit e os blocos de negociação.

O Partido Trabalhista pretende defender os direitos dos trabalhadores, as liberdades e conquistas sociais, não estando, contudo, no governo. Com essa política, ele responde às principais expectativas da base sindical.

A direita do partido exerceu pressões persistentes para que a nova liderança trabalhista se comprometesse ao retorno à UE. O que não é possível: além do resultado do referendo ter sido inequivocamente pela saída, seria inadmissível a socialistas apoiar a reinserção na UE na forma em que ela é atualmente constituída.

A maior parte das instituições da UE está a serviço das grandes empresas e não dos trabalhadores e das comunidades. Então, embora os membros do partido compreendam que a par-

ticipação em um mercado de cerca de 500 milhões de pessoas seja essencial para o bem-estar e o nível de vida, a estrutura da UE funciona para assegurar a exploração contínua desses 500 milhões de pessoas. Portanto, a atitude frente ao Brexit não pode ser simplesmente de capitular diante do lobby das empresas que desejam que a Grã-Bretanha seja reintegrada.

São os serviços

Embora a atenção da mídia esteja voltada aos ataques dos deputados da direita trabalhista contra a direção do partido, para a população são os serviços públicos locais, ou sua redução, que constituem o aspecto mais visível do partido. O Partido Trabalhista controla atualmente, depois das últimas eleições municipais de maio, mais comunidades locais e mais vereadores do que qualquer outro partido. Dominando as áreas metropolitanas, tornou-se o responsável pelos serviços públicos locais à maioria da população. Mas boa parte dos prefeitos trabalhistas não tem demonstrado muita disposição em desafiar as políticas de brutal austeridade do governo central (do Partido Conservador). Há sim exemplos a serem seguidos: iniciativas locais (de que, em desacato à orientação do governo central de cortes orçamentários, ainda

que nos limites da lei), lançam mão de investimentos públicos em habitação, geração serviços e empregos locais, desfazendo inclusive contratos anteriores com empresas privadas que eram nocivas aos empregos e à cidade. Mas, aí também, a direita partidária segue preferindo manter políticas “austeras”, intensificando assim luta interna.

A questão do poder

A questão de saber como lidar com a austeridade e o Brexit é a questão do poder político. Só uma nova eleição geral pode resolver a questão do poder. O movimento dos trabalhadores deveria reivindicar eleições gerais e não um segundo referendo.

Exigir isso com a mobilização política da grande massa de eleitores trabalhistas que se opõem à austeridade e a seu papel na sua implementação. O movimento operário pode exigir eleições gerais através de suas reuniões de partido, principalmente aquelas com a presença dos deputados e dos principais eleitos.

Somente um apelo público e unido a uma eleição geral imediata para tentar resolver a catástrofe, que é o Brexit organizado pelos conservadores e a austeridade permanente - oito anos e sem fim à vista -, podem enfrentar o truque de magia de um segundo referendo e colocar rapidamente um final nos efeitos da austeridade (...).

Do jornal Labour News

Estados Unidos e México renegociam o Nafta

Acordo assinado por Trump e Peña Nieto protege interesses estadunidenses

Depois de um ano de negociações secretas com os EUA, o México assinou o acordo de renegociação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta, da sigla em inglês, que estava em vigor desde 1994).

A maioria dos meios de comunicação celebrou um triunfo ("o país se salvou de grande crise", dizem) ainda que setores patronais lamentem concessões feitas aos EUA.

Pressionado pela crise de seu governo - agora enfrentando denúncias de seu advogado e a proximidade das eleições parlamentares de novembro - Trump precipitou a assinatura do acordo para apresentar algum resultado positivo em política externa, continuando a impor os interesses das multinacionais estadunidenses.

Deixou de lado momentaneamente o Canadá - o terceiro signatário do Nafta - para usar o acordo com o México como instrumento para impor novas condições comerciais ao governo canadense.

24 anos depois do Nafta

Nos 24 anos de vigência do Nafta houve crescimento exponencial das trocas comerciais entre o México e os EUA, mas em benefício exclusivo das empresas imperialistas e de um pequeno setor oligárquico mexicano (17 ricos!).

O Nafta também produziu um brutal êxodo migratório para os EUA. O número de emigrantes com ou sem documentação atingiu a cifra de 12 milhões em 2007, cerca de 10% da população do México.

Foi desmantelada a indústria e destruída a pequena e média exploração agrícola levando ao inchaço das grandes cidades com o consequente aumento da criminalidade e da decomposição social com os aterradores números de assassinatos e sequestros.

O crescimento do PIB foi modesto, em média de 2% por ano. Metade da população é pobre. Os salários são os menores dentre os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

É preciso acrescentar que para a classe trabalhadora estadunidense o Nafta significou perda de empregos e pressão para rebaixar os salários em virtude da competição criada pelos baixos salários dos migrantes e os salários miseráveis pagos no México.

Novo tratado é território livre para as empresas dos EUA

O novo tratado é expressão da política "America First" (Estados Unidos primeiro) de Trump que pretende

reorganizar as relações comerciais em todo o mundo em benefício das grandes empresas dos EUA situando-as na vanguarda das novas tecnologias.

Citamos alguns novos termos aceitos pelos "negociadores" mexicanos - dentre o que foi possível filtrar para o público pois mesmo depois de assinados os detalhes da revisão do acordo permanecem secretos.

A. Propriedade Intelectual - "Forte proteção de patentes... forte proteção para inovações farmacêuticas e agrícolas... 10 anos de proteção de dados para fármacos biológicos... protege os titulares de direitos de Estados Unidos contra o roubo de segredos comerciais". A proteção a livros e filmes é estendida de 60 para 75 anos em benefício das empresas estadunidenses.

B. Agricultura - Nocivo aos camponeses pobres desde sua versão original, esse capítulo mantém a isenção de imposto de importação para produtos agrícolas o que levou o México a perder a soberania alimentar em produtos básicos como o milho, feijão e arroz. Agora, segundo o representante comercial dos EUA, se estabelecem "normas sem precedentes, cobrindo todas as biotecnologias, como a edição de genes, enquanto o Tratado de Associação Transpacífico (TPP) cobria apenas a tecnologia tradicional". No caso da indústria, o texto promove o uso de fibras e tecidos estadunidenses.

"Livre comércio" entre a principal potência imperialista e um país pobre? Trata-se de proteger as empresas estadunidenses e expulsar do mercado outras potências imperialistas e a China. Trump apresenta o novo tratado como exemplo a seguir em escala mundial.

C. Regras de Origem - "esse acordo impulsiona a fabricação nos EUA", diz o representante comercial dos EUA: "75% dos componentes automotivos devem ser fabricados nos EUA e no México... Nessa produção se exige que entre 40% e 45% do conteúdo automotriz seja produzido por trabalhadores que ganhem no mínimo 16 dólares por hora". É nos EUA que os trabalhadores recebem salário de 16 dólares por hora. Na



Peña Nieto e Donald Trump

aparência se deveria aumentar os salários dos trabalhadores mexicanos (por pressão dos sindicatos dos EUA). Mas a questão é: as empresas imperialistas no México vão pagar esse salário ou vão ignorar essa regra com a cumplicidade do sindicalismo pelego mexicano?

D. Finanças - o mercado de serviços financeiros fica totalmente liberado em benefício do capital financeiro estadunidense. Ficam limitadas as funções de supervisão bancária dos organismos reguladores mexicanos.

E. Energia - Lóbez Obrador (presidente de corte anti-imperialista, eleito em 1 de julho e que tomará posse em 1 de dezembro - NdR) afirmou: "nossa soberania energética está preservada" - É fato que as fontes de energia ficaram fora do tratado. Mas isso não se deveu ao governo entreguista de Peña Nieto e, sim, ao momento da crise do governo Trump e a ameaça do voto de 30 milhões de mexicanos. E não seria necessário anular as concessões para a exploração de petróleo em vastas áreas do litoral mexicano que Peña Nieto outorgou a empresas imperialistas? Anular a cláusula de "respeito aos

contratos" que está no acordo?

Para responder ao mandato dos 30 milhões de eleitores do primeiro de julho é preciso impulsionar o desenvolvimento industrial e agrícola próprio e a cooperação comercial igualitária com os povos da América Latina e os governos que resistem (ainda que parcialmente) ao imperialismo. Também precisamos da solidariedade da classe trabalhadora dos países imperialistas do norte da América que hoje, por exemplo, nos EUA, resistem aos ataques do governo, como os professores e servidores públicos aos quais Trump pretende negar reajuste salarial neste ano.

Promover esta orientação é responsabilidade da classe trabalhadora, que, para isso, precisa de sua organização sindical e política independentes, de uma orientação de unidade com as medidas nacionalistas e democráticas que venha a tomar o novo governo e os representantes de Morena (partido de Lopez Obrador, NdR).

Artigo publicado no jornal mexicano El Trabajo (trechos)

Assine **O TRABALHO** ★

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br